

## INTRODUÇÃO

A atividade turística se apresenta como uma das maiores responsáveis pelo processo de ocupação da zona costeira de Pernambuco, sendo considerada, em conjunto com outros fatores, a exemplo da construção de casas de veraneio, o principal determinante da intensificação da urbanização do litoral. Ao requerer a implantação de infra-estrutura de apoio como hotéis, pousadas, restaurantes, bares e outros equipamentos destinados a atender à demanda, cada vez maior, dos fluxos internos e externos de turistas, tem a referida atividade se constituído no mais importante fator de urbanização da zona costeira.

A constatação desse fato pelo Estado evidencia-se na preocupação deste em elaborar projetos de ordenamento da atividade envolvendo a definição de áreas específicas para a implantação de pólos turísticos, em dotar essas áreas de vias de acesso, energia elétrica, telefone, abastecimento de água e esgotamento sanitário bem como em oferecer incentivos fiscais para as empresas que se instalarem nesses pólos, além de criar instituições como o PRODETUR Nordeste, com funções específicas de planejar e financiar as atividades ligadas ao turismo.

Envolvendo o “movimento de pessoas, por tempo determinado, para destinações fora de seu local de residência, e as atividades realizadas durante o tempo de permanência nas localidades visitadas” (Turismo - visão e ação, 2000, p. 25), o turismo constitui uma das atividades econômicas mais importantes da atualidade. Ocupa milhões de pessoas, injetando, assim, uma massa expressiva de recursos na economia mundial, revalorizando e requalificando espaços e, como tal, criando e remodelando paisagens (Barros Júnior, 2002, p. 15).

Praticado por motivações diversas, o turismo compreende várias modalidades, dentre as quais, sobressaem:

- *turismo convencional* - realizado sem um interesse específico, tendo como intuito maior descanso, lazer, entretenimento e conhecimento sobre a realidade visitada. Inclui-se nessa modalidade o *turismo balneário* que tem como destinação principal as praias (marítimas e fluviais) das regiões tropicais;
- *turismo cultural* – o que visa à visitação a monumentos históricos, obras de arte, relíquias, antiguidades, museus, pinacotecas, assistência a concertos musicais etc;

- *turismo da terceira idade* – aquele destinado à melhoria da qualidade de vida das pessoas maiores de cinquenta anos;
- *turismo de aventura* – a modalidade em que predominam a busca do desconhecido, as aventuras românticas, de caça e pesca, conquista de acidentes geomorfológicos e assemelhados, tendo o turista como protagonista;
- *turismo de congresso e eventos promocionais* – conjunto de atividades exercidas por pessoas que viajam a fim de participarem de congressos, convenções, assembléias, simpósio, seminários etc.;
- *turismo de negócios* – conjunto de atividades destinadas a pessoas que viajam a negócio, incluindo viagem, hospedagem, alimentação e lazer;
- *turismo de saúde* – aquele praticado por pessoas que se deslocam em busca de climas ou estações de tratamento, onde possam recuperar a saúde;
- *turismo religioso* – é aquele motivado pela fé ou pela necessidade de cultura religiosa, seja através de visitação a igrejas e santuários, seja através de peregrinação, romarias ou de participação em congressos eucarísticos;
- *turismo ecológico ou ecoturismo* – também denominado *turismo verde*, consiste no deslocamento de pessoas para espaços naturais, motivadas pelo desejo de observação passiva da flora, da fauna e da paisagem bem como dos aspectos cênicos do entorno;
- *turismo náutico* – aquele voltado às atividades e esportes náuticos praticados no mar, em rios, lagos, lagoas;
- *turismo rural ou agroturismo* – atividade turística praticada no espaço rural, envolvendo, usualmente, o acompanhamento da rotina de trabalho das propriedades rurais. (Turismo - visão e ação, 2000, p. 25-28)

Quaisquer que sejam as motivações do deslocamento turístico, implica o mesmo relação entre o visitante e os recursos naturais e culturais dos lugares visitados e entre aquele e a comunidade receptora, o que resulta em alterações, em geral, significativas do patrimônio natural e sociocultural desses lugares expressas tais alterações sob a forma de impactos positivos e/ou negativos.

Isto porque, ao incorporar mecanismos do capitalismo globalizado, o turismo promove a (re)inserção dos lugares na economia mundializada, pondo em ação novas formas de apropriação e subordinação dos atributos naturais e sociais de cada lugar, ao mesmo tempo que recria/redefine “antigos” recortes espaciais e “cria seu próprio tempo” (Barros Júnior, 2002, p. 20). A aparente “artificialização” do lugar

para o visitante e a “a geração de divisas” para os nativos, contudo, “não encobre as diversidades e os conflitos nem sempre perceptivos entre os diversos agentes que interagem intensificando a competitividade no processo de ocupação, construção e reconstrução desses espaços, materializando nos cidadãos as desigualdades sociais que realimentam a ideologia capitalista” (idem, p. 21)

Buscando apreender tais mecanismos e efeitos do turismo nos municípios selecionados, por um lado, e identificar o potencial da atividade turística para o desenvolvimento dos referidos municípios, por outro, coletou-se para os mesmos informações relativas a: **serviços e equipamentos de apoio ao turismo** (hotéis, pousadas, privês, bares, restaurantes, hospitais, postos médicos, auditórios, clubes sociais, teatros, estádios, locadoras de veículos, locadoras de equipamentos esportivos e de lazer, locais de produção e de venda de artesanato, postos de correio, bancos, marinas, oficinas de reparo de veículos, delegacias, postos salvavidas, portos e ancoradouros, promotores de passeios náuticos, terminais rodoviários, heliporto, igrejas e serviços religiosos); **principais atrativos turísticos** (eventos e festas, praias, conjuntos arquitetônicos, arquitetura religiosa, sítios históricos, cachoeiras, reservas ecológicas, parques, grutas, mirantes, acidentes geográficos, gastronomia típica, grupos folclóricos, agremiações carnavalescas, centro de informações turísticas, entre outros); **atividades de apoio ao turismo** (localização e tipologia das atividades, pessoas envolvidas, produtos/serviços ofertados, infra-estrutura e equipamentos utilizados, público consumidor, participação da renda da atividade na renda familiar, evolução recente da atividade, apoio técnico e financeiro recebido, principais problemas, conflitos com outras atividades e impactos no ambiente); **organização dos atores e das comunidades envolvidas com o turismo** (associações de classe e associações comunitárias); **participação do turismo na geração da renda do município e na absorção da força de trabalho; fluxo turístico na alta e na baixa estação; programas e projetos (federais, estaduais e municipais) de apoio ao setor, implementados e previstos para o município; infra-estrutura** (rodovias de acesso aos atrativos turísticos, usinas de geração de energia, unidades de combate a incêndio etc) e **serviços básicos nos pólos turísticos** (abastecimento de água, esgoto, coleta e disposição final do lixo, limpeza das praias); **impactos positivos e negativos do turismo** nos recursos ambientais de cada município e o potencial da atividade para o desenvolvimento local e regional.

Após a coleta, as informações foram organizadas em quadros e tabelas procedendo-se, a seguir, o mapeamento, a análise e interpretação dos dados bem como a elaboração do presente relatório que consta desta introdução e três capítulos, a saber: o capítulo um, contendo uma breve caracterização dos municípios estudados; o capítulo dois, que analisa os atrativos turísticos e os equipamentos e serviços de apoio ao turismo bem como as atividades a serem incentivadas e fortalecidas em cada um dos municípios objeto do diagnóstico; e o capítulo três relativo às conclusões e recomendações resultantes do estudo.

## **1 BREVE CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE CABO DE SANTO AGOSTINHO, IPOJUCA E SÃO JOSÉ DA COROA GRANDE.**

### **1.1 LOCALIZAÇÃO**

A área objeto deste diagnóstico integra o Setor 3 – Sul – da Zona Costeira do Estado de Pernambuco que abrange sete municípios – Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Sirinhaém, Rio Formoso, Tamandaré, Barreiros e São José da Coroa Grande. Dentre estes, três – Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca e São José da Coroa Grande – são objeto da presente caracterização.

O município do Cabo de Santo Agostinho está localizado no extremo Norte do Setor Sul, integra a Região Metropolitana do Recife (RMR) e a microrregião geográfica de Suape, limitando-se, ao norte, com os municípios de Jaboatão dos Guararapes e Moreno; ao sul, com os municípios de Ipojuca e Escada; a leste com o Oceano Atlântico; e, a oeste, com o município de Vitória de Santo Antão. A sede do município localiza-se a 08° 17' 15" de Latitude Sul e 35° 02' 00" de Longitude W Gr., estando a uma altitude média de 29 m. Dista cerca de 33 km da capital do Estado e tem como principal via de acesso a rodovia federal BR-101. (Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho, 2003)

O município de Ipojuca está localizado ao sul do município do Cabo de Santo Agostinho. A exemplo deste último, integra a Região Metropolitana do Recife e a microrregião geográfica de Suape, limitando-se, ao norte, com o município do Cabo de Santo Agostinho; ao sul, com o município de Sirinhaém; a leste, com o Oceano Atlântico; e a oeste, com o município de Escada. A sede municipal localiza-se a 08° 24' 00" de Latitude Sul e 35° 03' 45" de Longitude W Gr., estando a uma altitude média de 25 m. Dista 57 km da capital do Estado e tem como principais vias de acesso as rodovias BR-101 e PE-060. (FIAM, 1997).

O município de São José da Coroa Grande está localizado na extremidade sul do Litoral de Pernambuco. Integra a microrregião geográfica Mata Meridional Pernambucana, tendo como limites, ao norte e a oeste, o município de Barreiros; ao sul, o município de Maragogi no estado de Alagoas; e, a leste, o Oceano Atlântico. A sede municipal encontra-se a 08° 53' 52" de Latitude Sul e 35° 08' 52" de longitude

W Gr. e a uma altitude média de 2 m. Dista 123 km da capital do Estado e tem como principais vias de acesso as rodovias BR-101 e PE-060. (FIAM, 1997)

## 1.2 CLIMA

Os municípios em referência têm clima tropical úmido com períodos chuvosos de inverno antecipados no outono – clima As' (pseudo tropical) da classificação de Köppen. Com totais que variam de 2 100 mm anuais, no Cabo de Santo Agostinho, a mais de 2400 mm anuais, em São José da Coroa Grande, as chuvas da área em apreço são provocadas, sobretudo, pelos ciclones da Frente Polar Atlântica que atingem o litoral do Nordeste com maior intensidade no outono e no inverno. As maiores precipitações ocorrem nos meses de maio, junho e julho, enquanto os meses de outubro, novembro e dezembro são os mais secos. A temperatura média anual da área é de 24 C°, variando entre a mínima de 18° C e a máxima de 32 °C, sob forte influência a ação dos alísios de SE e NE, ventos dominantes, no litoral pernambucano, ao longo de todo o ano (CPRH, 1999, p. 12).

## 1.3 GEOLOGIA E RELEVO

A geologia da área é composta, predominantemente, por rochas antigas, constitutivas do embasamento cristalino capeadas em alguns trechos dos municípios em questão, pelas Formações Barreiras, Cabo, Algodois e Ipojuca. Na planície costeira, predominam as formações flúvio-marinhas e os depósitos flúvio-lagunares margeados, a leste, por depósitos marinhos de idade holocênica e pleistocênica.

O relevo dos municípios em tela está, em sua maior parte, constituído de morros com altitudes que variam de 30 a mais de 400 m e de colinas com altitudes variando de 12 a mais de 50 m. Permeando morros e colinas, ocorrem planícies fluviais formadas pelas várzeas e terraços dos rios que cortam a área desses municípios. Na porção leste, encontra-se a planície costeira – produto da ação conjunta dos rios e do mar – com altitude que varia de 0 a 10 metros. Nela, ocorrem várias feições dentre as quais se destacam praias, terraços marinhos, pontões rochosos, manguezais, várzeas e terraços fluviais. No curso terminal dos rios, o fluxo

e refluxo diário das marés através do leito fluvial, dá origem ao fenômeno conhecido como afogamento do estuário, responsável pela ocorrência de extensos manguezais. (CPRH, 1999, p. 7)

#### 1.4 HIDROGRAFIA

A hidrografia dos três municípios é constituída de rios litorâneos e rios translitorâneos. Os rios litorâneos nascem e deságuam na zona litorânea, sendo, em geral, perenes. Os rios translitorâneos nascem no Agreste pernambucano onde apresentam regime temporário, tornando-se perenes ao penetrarem na Zona da Mata. Estão incluídos na primeira categoria os rios Massangana, Merepe, Maracaípe e o Riacho Manguinho e, na segunda, os rios Pirapama, Ipojuca e Una.

O rio Massangana, cuja foz está localizada ao sul do promontório de Santo Agostinho onde se junta ao rio Tatuoca, tem 6 km de extensão e serve de limite entre os municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Tem como principais formadores os rios Tabatinga e Utinga de Baixo, ambos com nascentes no município de Ipojuca. No primeiro está localizada a Barragem do Bita e, no segundo, a Barragem do Utinga, mananciais integrantes do sistema de abastecimento de água do Complexo Industrial Portuário de Suape. (CPRH, 1999, p.7)

O rio Merepe nasce em terras do Engenho Queluz, na parte central do município de Ipojuca, com o nome de Arimbi. Ao penetrar na planície costeira, toma a direção nordeste, seguindo paralelo ao litoral. Em seu trecho final, forma extenso manguezal e encontra o rio Ipojuca, desaguardo juntos, ao sul do Porto de Suape.

O rio Maracaípe, também localizado no município de Ipojuca, nasce em terras do Engenho Todos os Santos, próximo à PE-60. Percorre a Planície Costeira no sentido norte-sul, ladeado por manguezais e restingas e deságua no Pontal de Maracaípe.

O riacho Manguinho (ou Meireles) nasce na porção oeste do município de São José da Coroa Grande que atravessa no sentido oeste-leste e deságua ao norte da cidade de São José da Coroa Grande.

Os rios translitorâneos, por serem mais extensos e possuírem um grande número de afluentes, atingem o litoral com um volume de água razoável, que os torna perenes. Contudo, pelo fato de banharem, em sua trajetória, vários núcleos

urbanos desprovidos de saneamento básico apresentam, em alguns trechos, níveis de poluição elevados. Incluem-se nessa categoria os rios Pirapama, Ipojuca e Una.

O rio Pirapama nasce no município de Pombos e tem uma extensão de, aproximadamente, 80 Km, estando cerca de 77% de sua Bacia localizada no município do Cabo de Santo Agostinho. Devido a condicionamentos estruturais (adaptação à linha de falhas), o rio Pirapama muda de direção várias vezes, entre a nascente e a Planície Costeira. Na altura da Praia do Paiva, junta-se ao rio Jaboatão, e deságua em Barra de Jangada.

O rio Ipojuca nasce no município de Arcoverde, na Serra das Porteiras e desemboca ao sul do Porto de Suape. Na maior parte de seu trajeto, é um rio de regime temporário, tornado-se perene na Zona da Mata onde se localiza cerca de um terço de seu curso. Nessa trajetória, banha várias cidades de porte médio a exemplo de Belo Jardim, São Caetano, Caruaru, Bezerros e Gravatá (no Agreste) Escada e Ipojuca (na Zona da Mata), recebendo das mesmas uma grande carga de poluentes domésticos à qual irá juntar-se a carga poluidora de usinas, destilarias e canaviais localizados em sua bacia. Forma, em seu trecho terminal, ampla planície aluvial que, à altura da Usina Salgado cede lugar ao manguezal que se dilata para o norte e para o sul da calha principal, interligando-se ao dos rios Tatuoca e Merepe com os quais forma um amplo estuário afogado (CPRH, 1999, p. 10).

O rio Una nasce na Serra do Salobro, no município agrestino de Capoeiras. Banha a porção norte do litoral de São José da Coroa Grande e desemboca, atualmente, próximo à vila de Várzea do Una, na divisa desse município com Barreiros. Até o ano 2000, desaguava na localidade Gravatá do Una, depois de correr paralelamente à linha de costa, à retaguarda de extenso cordão arenoso.

## 1.5 COBERTURA VEGETAL NATURAL

Originalmente, os três municípios tinham a quase totalidade de seus territórios recoberta pela floresta tropical atlântica que foi, pouco a pouco, devastada para dar lugar a lavoura de cana-de-açúcar, a cultivos de subsistência e a formação de pastagem bem como pela retirada de madeira para comercialização e produção de carvão. Atualmente, o que resta de cobertura florestal são alguns fragmentos de matas secundárias de extensão variada e estágios sucessionais diversos,

distribuídos de forma esparsa nos municípios em questão. Localizam-se, via de regra, nos topos e encostas de alguns morros e colinas.

Os mais expressivos remanescentes da Mata Atlântica dos municípios analisados estão no Cabo de Santo Agostinho. São as matas do Zumbi, Duas Lagoas e Camaçari, localizadas próximo ao litoral e as matas do sistema Gurjaú, da Serra do Cumarú, de Contra Açude, de Bom Jardim, da Serra do cotovelo e do Urucu, no interior do município, todas e definidas, legalmente, como Reservas Ecológicas.

No município de São José da Coroa Grande, destacam-se as Matas do Engenho Murim, localizadas na porção oeste desse município, próximo à sede do engenho homônimo. Recobrimo testemunhos da Formação Barreiras, essas matas protegem nascentes e contribuem para a recarga de aquíferos da Formação Barreiras.

Além dos remanescentes acima mencionados, merecem destaque os fragmentos de mata de restinga localizados à retaguarda das praias de Maracaípe, Cupê e Gamboa (no município de Ipojuca), e Itapuama (no município do Cabo de Santo Agostinho), fortemente pressionados pela expansão imobiliária desordenada.

## 1.6 ECONOMIA MUNICIPAL

À exceção do Cabo de Santo Agostinho, os demais municípios da área ainda têm no setor agroaçucareiro o segmento mais importante de sua economia, secundado pelo coco em São José da Coroa Grande e pelos setores secundário e terciário (especialmente o turismo), em Ipojuca.

No tocante à absorção da força de trabalho, as atividades de maior expressão no município do Cabo de Santo Agostinho encontram-se no setor terciário que absorve 42,4% das pessoas empregadas, com destaque para a prestação de serviços (15,3%) - aí incluído o turismo - e a administração pública (14,4%) seguida pelo comércio de mercadorias (11,4%). O setor secundário ocupa o segundo lugar absorvendo 37,4% da população ocupada, com a alocação de 33,2% na indústria de transformação (destaque-se o importante parque industrial do município) e 4,0% na construção civil. O setor primário, abrangendo agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca ocupa menor número de pessoas - 20,2% -, o que se explica pela alta taxa de urbanização do município - 87,91% (IBGE, 2001).

Embora, a agroindústria canavieira ainda seja a principal atividade econômica da região, o desmonte do Proalcool e a crise do setor canavieiro, que provocou o fechamento de usinas e engenhos, vem impulsionando a diversificação agrícola nos três municípios. Parte dessas terras, que se encontravam improdutivas, foi desapropriada pelo governo e cedidas a agricultores, muitos deles ex-empregados desses engenhos e usinas.